TEORIA DA DEPENDÊNCIA: A FORMA ADEQUADA DO CAPITAL NA PERIFERIA DO SISTEMA

Christy Ganzert Gomes Pato
cggpato@usp.br
Bacharel em Ciências Sociais (UFSC)
Mestre em Ciências Políticas (USP)
Doutorando em Filosofia (USP)
Prof. do Dep. de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO: o presente trabalho procurou percorrer a obra de Fernando Henrique Cardoso de modo a ressaltar justamente as conexões do pensamento teórico com o movimento do próprio Capital. Dito de outra forma, procurou-se delinear de que forma a epistemologia da dependência, na versão de Fernando Henrique, é ela mesma o andamento próprio de um Capital que se diz a si mesmo, ou ainda, como ela é a forma adequada do Capital na própria periferia do sistema. Nessa chave é que se procurou deslindar o diagnóstico de Roberto Schwarz a respeito da constituição, no Brasil, de um certo marxismo industrializante. Marxismo esse que, à luz da dimensão dada por Sartre ao conceito de *praxis*, acaba por revelar de que forma o próprio Capital, enquanto sujeito automático, no mesmo movimento em que abre suas entranhas à apreensão pela Razão, impõe já, ele mesmo, as diretrizes de sua própria reprodutibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da dependência; marxismo; Fernando Henrique; capitalismo.

CLASSIFICAÇÃO JEL: B24
ÁREA: ECONOMIA POLÍTICA, CAPITALISMO E SOCIALISMO
SUB-ÁREA: ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

Teoria da Dependência: a forma adequada do capital na periferia do sistema

1. INTRODUÇÃO

A primeira dificuldade em se reconstruir o pensamento de Fernando Henrique Cardoso diz respeito ao caráter absolutamente esparso e confuso de sua obra. Quando percorremos seus artigos, notamos que muitos deles não passam de republicações ou traduções diferentes de um mesmo texto; algumas vezes apenas com alterações de título[1].

A segunda dificuldade, de natureza um tanto menos científica, é suportar o fastio proporcionado por sua argumentação repetitiva. Contudo, esse caráter recursivo de sua obra, onde os mesmos temas e a mesma linha de argumentação se repetem há mais de 40 anos, tem a vantagem de tornar ainda mais descabida toda aquela controvérsia em torno ao "esqueçam o que eu escrevi"[2], reafirmando assim a plausibilidade da abordagem de sua obra como um todo coerente[3].

Desta feita, essa recorrência constante aos mesmos argumentos nos dispensa da preocupação de situá-los historicamente. Sendo argumentos encontráveis tanto nas obras da década de 1960 como nas mais recentes, a dissecação estrutural de seu pensamento acaba por se resumir apenas à labuta do garimpeiro e do mosaicista[4].

Por isso mesmo, o que nos interessa aqui não é repetir o que ele tem a dizer sobre o empresário, sobre o capital, sobre a luta de classes, ou sobre a dependência, amontoando fichamentos em tópicos mal ajambrados e, por certo, dispensáveis.

Aos propósitos desse artigo, basta-nos identificar em suas obras essa estrutura de pensamento que se move por sobre tão diferentes temas sem, contudo, perder a coerência.

---

[1] Por isso, em lugar de fazer uma longa lista cronológica de seus artigos, aproveitei-me das coletâneas onde eles foram republicados, ainda que em algumas delas eles se repitam. Tal opção não agride em nada os objetivos deste trabalho, visto que me interessa muito mais ressaltar a coerência da obra de Fernando Henrique do que as minúcias de sua constituição. Para os que tiverem interesse numa sistematização mais meticulosa de sua obra, o livro de Ted Goertzel (1999) contém uma extensa bibliografia selecionada e organizada cronologicamente.

[2] Segundo Fernando Henrique Cardoso, todo o mal entendido se deu em função de uma frase num encontro em São Paulo, num restaurante, quando ele ainda era ministro do exterior. Ele respondera a uma pergunta de Celso Lafer dizendo: "'Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim'. A frase foi essa. Contada por terceiros, virou uma frase forte e contra mim" (TOLEDO, 1998, p.172). E como já vinha sendo ventilada a idéia de que ele havia mudado de posição, foi um prato cheio para o Otávio Frias Filho.

[3] Uma proposta que também não é nenhuma novidade (cf. FIORI, 1998a; SINGER, 1998b; e CHAUÍ, 1999).

[4] A própria republicação, em 1993, de artigos da década de 1970, exemplifica essa pertinácia. (v. CARDOSO, 1993c).

2. A EPISTEMOLOGIA DA DEPENDÊNCIA

O enfoque epistemológico que cerca os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso por certo que é o aspecto menos compreendido de sua obra. E é certo também que tomar a dialética como enfoque epistemológico é em si uma carnificina[5]. Contudo, como veremos mais adiante, o próprio projeto da formação uspiana – a substituição de nosso ensaísmo por uma sociologia enquanto ciência – acabou por enquadrar a dialética nestes termos. Remissão adequada àquilo que Roberto Schwarz definiu como marxismo industrializante[6]. Mas, voltando ao assunto, não raras as vezes encontramos análises que simplesmente ignoram sua epistemologia, como se ela não passasse de mero capricho retórico. Um fato comum mesmo entre seus grandes entusiastas, como Ted Goertzel, sociólogo norte-americano recém adotado pela imprensa brasileira como porta-voz biográfico de Fernando Henrique. Dentre suas pérolas podemos encontrar frases do gênero: "Cardoso poderia ter escrito esse livro [*Capitalismo e Escravidão*] numa linguagem mais simples, que poderia ter lhe dado um público mais amplo de leitores sem perder nenhum ponto essencial"[7].

Mas se, como veremos, é justamente sua base epistemológica – comum ao conjunto de sua obra[8] – que dá sentido às suas análises sobre o empresariado, o desenvolvimento, a escravidão, etc., ao descartarmos esse preâmbulo não estaríamos também desfigurando sua teoria? Em outras palavras, será que o Fernando Henrique da leitura de um Goertzel, por exemplo, é realmente um Fernando Henrique?

E se um equívoco desta monta pode desfigurar até mesmo as mais enaltecedoras caracterizações da obra de Fernando Henrique, o que dizer então das análises críticas que acabam por percorrer o mesmo caminho? E aqui não estou me referindo apenas às críticas vindas da esquerda. Afinal, como não considerar apenas anedotário as críticas de um Roberto Campos, por exemplo, a quem a dialética não passa de tralha metafísica hegeliana: "Sempre achei um absurdo, é uma incursão de sociólogos na economia. [...] Eu nunca comprei a tese do Fernando Henrique, sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo.

---

[5] Apesar de sua pretensão à objetividade, o cientificismo é também um dizer o mundo e, portanto, linguagem, atribuição de predicados a sujeitos. Por isso mesmo, a dialética não se reduz a mera *episteme*. Ela é um discurso, o discurso adequado para se dizer um mundo que é, em si, um objeto contraditório. Nos dizeres de Gérard Lebrun, a dialética não é mais que uma *façon de parler*, uma máquina discursiva de moer significações até elas confessarem que não são nada (apud ARANTES, 1996, p.96).

[6] SCHWARZ, 1999.

[7] GOERTZEL, 1999, p.27.

[8] "A metodologia do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* [...] é muito próxima à metodologia que usei em estudos anteriores sobre escravidão e capitalismo, assim como em pesquisas sobre problemas de desenvolvimento e empresariado no Brasil [...]. Há publicações de muitos outros autores latino-americanos desde o começo dos anos 50 [também] tentando revitalizar a abordagem dialética" (CARDOSO, 1993c, p.147).

É a eterna confusão da faseologia com ideologia, eles (os sociólogos) dão uma interpretação ideológica ao que é meramente fasiológico, são fases do desenvolvimento"[9].

Dito isto, não creio serem necessárias maiores justificativas para a opção aqui adotada de se tomar a epistemologia como porta de entrada para o pensamento de Fernando Henrique. Até porque me parece bastante óbvio que qualquer crítica mais consistente deva passar necessariamente pelos percalços metodológicos. Como recomenda o próprio autor: "nesse sentido, a questão inicial [da dependência] [...] é antes de mais nada uma questão teórica e uma questão metodológica. A crítica às análises de dependência e a interpretação sobre o alcances delas deve centrar-se portanto sobre a teoria e a metodologia que a informam"[10]. Ademais, sua epistemologia não contém nenhum segredo. Trata-se simplesmente de Marx via Fernando Henrique[11]. Uma obviedade que também ajuda muito a entender as constantes polêmicas em que ele se envolveu[12], pois, em parte, muitos dos mal-entendidos de seus interlocutores provêm de uma falta de compreensão do próprio Marx. Contudo, é bom ressaltar, tais desentendimentos nem sempre decorreram de leituras mais ingênuas ou apressadas, ou positivistas, ou simplesmente antimarxistas de seus interlocutores, mas sim da própria confusão do autor, capaz de baralhar aquilo que em Marx se apresenta de forma tão clara e precisa[13]. Some-se, por fim, à sua culpa pelas controvérsias, o fato dos esclarecimentos teóricos contidos em sua obra mais conhecida[14] serem muito superficiais. Não à toa, ele foi obrigado a constantemente voltar ao assunto em artigos posteriores a *Dependência e Desenvolvimento*[15].

Mas, dada a necessidade da incursão epistemológica, por onde começar afinal? Bom, pela sugestão do próprio autor, creio não haver dúvidas:

> Só é possível entender o que eu disse sobre dependência se você remonta à análise da escravidão, o que ninguém faz. Pouca gente lê *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.* Está aí o miolo do debate teórico.[16]

---

[9] *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jun. 1998. Caderno Brasil, Frases, p.5.
[10] CARDOSO, 1993c, p.84. Uma crítica que, no caso da obra de Fernando Henrique, é – como espero poder demonstrar – a crítica a uma certa herança marxista.
[11] Como ele próprio afirma, nas análises sobre a dependência "implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista" (CARDOSO, 1993c, p.91).
[12] Veja-se, entre outras, as discussões com seu colega, Francisco Weffort (cf. WEFFORT, 1971 e CARDOSO, 1972, cap. VI).
[13] Todas as vezes que me deparava com suas discussões a respeito de sua abordagem teórica era obrigado a voltar a Marx e Sartre (suas referências epistemológicas básicas, além de Lukács) a fim de esclarecer o que, afinal, ele estava querendo dizer. Talvez 90% dos mal-entendidos tivessem se dissipado se ele simplesmente tivesse dito: "no que concerne à minha abordagem teórica, leiam *Para a Crítica da Economia Política* e *Questão de Método*".
[14] No caso, a culpa também deve ser dividida com Enzo Faletto.
[15] Cf. CARDOSO, 1972, caps. V, VI e IX; CARDOSO, 1993c, caps. II e III.
[16] Sugestão de Fernando Henrique, dada em entrevista a Vinícius Torres Freire (cf. SCHWARTZ, 2003, p.262).

Nesse aspecto, convém lembrar que o peso da chave interpretativa contida em *Capitalismo e Escravidão*[17] é fundamental não apenas para a compreensão de sua obra como um todo, mas também para a compreensão da chave interpretativa de uma de nossas poucas unanimidades intelectuais: Roberto Schwarz, cujo conceito de "idéias fora do lugar" tem, segundo ele próprio, dívida direta para com o esquema de Fernando Henrique. Nas palavras do autor, a oscilação que Fernando Henrique estudou com relação ao significado de uma escravidão que é tanto moderna como incompatível com a modernidade, e de um capitalismo incompatível com a escravidão e que, no entanto, a promove, configuram o mesmo tipo de sistematização que ele procurou perfazer no plano da vida das idéias[18]. Uma espécie de versão estética de uma teoria sociológica, ou simplesmente uma explicação sociológica de uma evidência estética[19].

Contudo, ou por isso mesmo, creio que devamos retroceder um pouco mais em relação à sugestão de Fernando Henrique. Creio que o miolo teórico deva ser procurado na gênese mesma de *Capitalismo e Escravidão*, qual seja, o "seminário de Marx"[20], o caldeirão original donde se formaram os conceitos que deram origem a parte de nossa melhor tradição intelectual.

Todavia, Fernando Henrique é devedor do seminário não apenas em função do Marx herdado, mas também porque, de certa forma, o lendário seminário congregava, ele mesmo, o espírito de formação da própria intelectualidade paulistana. A tirania epistemológica de Giannotti, no que concerne à leitura d'*O Capital*, dá bem o tom da progressiva profissionalização acadêmica da USP: a transformação da sociologia em ciência, o rigor, as grandes figuras francesas, etc.[21]

---

[17] CARDOSO, 1962a.
[18] SCHWARZ, 1995, p.17-18.
[19] Do bate bola entre Roberto Schwarz, Fernando Haddad e Maria Rita Kehl (SCHWARZ, *op. cit.*, p.18).
[20] Embora já amplamente conhecido nunca é demais lembrar que o seminário foi um grupo de estudos formado em 1958 por jovens professores assistentes e alunos da USP. Dentre os participantes incluíam-se, pela memória de Fernando Henrique, José A. Giannotti, Fernando Novais, Bento Prado Jr., Roberto Schwarz, Ruy Fausto, Paul Singer, Octavio Ianni, Michael Löwy, Francisco Weffort, Juarez Brandão, Leôncio Martins Rodrigues, Ruth Cardoso, Fernando Henrique e Sebastião Advíncula. Roberto Schwarz cita ainda Gabriel Bolaffi como participante e Emir Sader menciona também Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, João Quartim de Moraes, Lourdes Sola, Cláudio Volga, Albertina Costa, Paulo Sandroni e Beth Milan, embora nesse caso ele se refira à segunda geração do seminário; cf. CARDOSO, 1988b; SCHWARZ, 1999 e SADER, 1996.
[21] Para uma análise mais profunda dessa formação é indispensável a leitura de Paulo Arantes e seu *Um departamento francês de ultramar* (1994). No que concerne especificamente à sociologia temos a leitura de José de Souza Martins, com seu trabalho sobre um outro "tirano" epistemológico, Florestan Fernandes (1998). E uma breve visão pessoal de Fernando Henrique sobre a constituição da intelectualidade uspiana pode ser encontrada numa coletânea sobre a rua Maria Antônia (cf. CARDOSO, 1988b).

3. A DIALÉTICA QUE VEIO DE UM SEMINÁRIO

Vista mais de perto, a dívida intelectual de Fernando Henrique para com o "seminário" não é sem razão. Sartre, Husserl, Hegel, Parsons, Merton, Weber, Lukács, entre outros tantos, formavam o cadinho teórico de onde jovens professores e alunos tentavam extrair o quadro interpretativo adequado ao entendimento dessa última esquina de expansão do capital[22].

Mas é claro que por mais eclética que fosse a caixa de ferramentas a principal referência não podia deixar de ser o próprio Marx[23]. Por certo que um Marx distante das cartilhas do *Komintern*[24], mas ainda assim influenciado por certas vagas européias[25], no caso, a da ressuscitação da dialética frente ao cientificismo positivista.

E em Fernando Henrique, para chegarmos logo ao ponto, esta ofensiva dialética se dará na sua empreitada por uma heurística fundada no conceito de totalidade[26], conceito esse extraído de *Para a Crítica da Economia Política*[27], sob a nítida leitura das notas metodológicas de Giannotti[28], e que marca o início daquele baralhamento expositivo ao qual já me referi. Por isso, em lugar de tratá-lo pelas palavras de Fernando Henrique, recorro à fonte ela mesma.

---

[22] Sobre o clima de experimentação intelectual do "seminário de Marx": "Havia os que, sob a influencia de Sartre, procuravam uma 'antropologia fundante', para explicar a história, e os que, brandindo Husserl ou Hegel, mas querendo libertar-se da fenomenologia e do idealismo, acreditavam ter descoberto como ancorar a Lógica no trabalho social, dispensando a 'problemática do sujeito' como passo requerido para completar a dialética marxista. Bons tempos" (CARDOSO, 1962a, p.12).

[23] "A maioria dos participantes do 'seminário de Marx' atribuía à dialética um status teórico mais abrangente, aceitando a utilização dos outros métodos [no caso, os métodos funcionalista, e o weberiano que, com a dialética, compunham os 3 métodos fundamentais preconizados por Florestan Fernandes] em forma subordinada" (CARDOSO, *op. cit.*, p.12).

[24] "Não aceitávamos [...] o bê-a-bá do stalinismo teórico: a infra-estrutura, dinamizada pelo avanço das forças produtivas, que entra em contradição com a superestrutura (a política e a ideologia) e impõe uma ação, que é mais uma 'resultante', do que uma 'práxis'. Quando Sartre publicou as *Questions de Methode* e em 1960 saiu a tradução francesa de *Histoire et Conscience de Classe* de Lukacs, vislumbramos alguma saída para nossos impasses. Curiosamente, foi a partir de interpretações não baseadas na economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais reais" (CARDOSO, *op. cit.*, p.13).

[25] A própria formação do grupo do "seminário" remete, segundo Roberto Schwarz, a um grupo europeu: o *Socialismo ou Barbárie*, de Lefort, Castoriadis e quejandos (cf. SCHWARZ, 1999, p.87).

[26] "[...] nos círculos acadêmicos mais conspícuos formou-se a convicção de que a interpretação dialética, por estar diretamente vinculada a um ponto de vista filosófico e a uma atitude diante dos problemas sociais, não é capaz de adequar-se aos cânones da explicação científica que impõem a ausência de juízos de valor nas análises sociológicas. [...] Do ponto de vista científico, portanto, o problema para a utilização da interpretação dialética estaria na determinação dos procedimentos metodológicos requeridos por esse tipo de abordagem e na discussão da compatibilidade desses procedimentos com a problemática sociológica. Tentarei discutir esses problemas em suas implicações mais gerais partindo da análise do conceito de totalidade" (CARDOSO, 1962a, p.24).

[27] MARX, 1859.

[28] GIANNOTTI, 1960.

Seguindo de perto o exemplo, a argumentação, e as palavras do próprio Marx, temos que quando estudamos um país, do ponto de vista da Economia Política, parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva. Ou seja, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, etc. No entanto, assim que adotamos uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. Afinal, a população não passa de uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. E mesmo essas, no fundo não passam de palavras vazias de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, tais como o trabalho assalariado e o capital. Mas esse último também já não é nada sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc. Assim, ao começarmos pela população, temos uma representação caótica do todo que, por decomposição, nos leva a conceitos cada vez mais simples. Do concreto idealizado fomos passando a abstrações cada vez mais tênues, atingindo, por fim, determinações as mais simples. Mas ao chegarmos a essas determinações temos que fazer a viagem de volta, até dar de novo com a população que, desta feita, já não mais se apresenta como uma representação caótica do todo, e sim como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Dessa forma, a população se exibe como concreto não porque seja apenas pressuposição prévia e efetiva, mas porque síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Daí a peculiaridade do concreto aparecer no pensamento como o processo da síntese, ou seja, como passagem do simples ao complexo, como resultado, e não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo. Destarte, em lugar de termos uma representação plena que se volatiliza em determinações abstratas, são essas que nos conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Pausa. Convém reter esse último conceito, concreto pensado, pois o processo descrito não é de modo algum o processo da gênese do próprio concreto, já que mesmo a mais simples determinação abstrata, como o valor de troca, por exemplo, pressupõe um todo vivo e concreto já dado, no caso, uma população produzindo em determinadas condições, organizada em certos tipos de famílias, de comunidades, etc.[29]

A esta altura, talvez o leitor mais desavisado me considere um cínico por ter afirmado ser a exposição de Marx clara e precisa. Ou talvez esteja se indagando de que forma Fernando Henrique conseguiu tornar essa exposição ainda mais árida.

---

[29] Com o perdão do leitor, em lugar de colocar uma longa citação de Marx, preferi plagiá-lo; cf. MARX, 1859, p.116-117.

Nesse ponto, creio que a remissão a um freqüentador menos assíduo do seminário possa ajudar. Se reescrevermos a exposição anterior sob a batuta dos estudos de lógica dialética de Ruy Fausto[30], podemos chegar ao seguinte: sendo a população (o concreto) a síntese de muitas determinações as mais simples, temos uma série de juízos, tais como: a população é o trabalho assalariado; a população é o valor de troca; a população é o capital, e assim por diante. Contudo, o "é" desses juízos não exprime uma relação de inerência entre sujeito e predicado. Pelo contrário, ele exprime a "passagem" do sujeito "no" predicado. Em todos esses juízos eu digo em certo sentido a população, porque digo o que é a população, mas no momento em que o digo, a população não está mais lá, só estão seus predicados. Em outras palavras, no momento em que o digo, ocorre a negação (*Aufhebung)* do sujeito pelo predicado. Ou seja, ao dizer a população (o concreto) eu o digo dizendo o seu outro, no caso, suas abstrações mais tênues, suas determinações. Ou ainda, ao dizer a população (o concreto), apenas o predicado (suas determinações) está *posto*. Contudo, a população (o concreto) está "lá", mas esse estar é um mostrar-se enquanto *pressuposição*. Daí o corolário de que "o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações", e que nesse movimento o concreto aparece como resultado, não como ponto de partida, embora seja o ponto de partida efetivo. Pois ao dizermos o concreto não podemos dizê-lo senão como *pressuposição* (daí ponto de partida efetivo), visto que ele só pode ser definido ao final e como resultado, não de si mesmo, mas de suas predicações.

Bom, por certo que Fernando Henrique não tinha em mente essa minúcia lógica descrita por Ruy Fausto. Mas creio que de posse desse prelúdio talvez se torne mais inteligível suas próprias intenções[31]:

> Na interpretação dialética, as relações que se procura determinar numa totalidade também estão referidas de maneira aos processos sociais reais, e também existe o escopo de reproduzir o real como concreto. Porém, neste caso, o concreto aparece como o resultado de um processo de conhecimento marcado por um movimento da razão que implica uma elaboração muito mais complexa do que a abstração dos padrões gerais, ainda mais essenciais, que regulam a interação nas condições empíricas de sua manifestação. Mesmo a descoberta que se obtém nas explorações descritivas das condições e fatores cujos efeitos resultam na produção, numa determinada 'ordem', de um sistema integrado ou de uma situação social dada, é insuficiente para os propósitos cognitivos da interpretação dialética. Nesse último tipo de explicação, para que as relações que se procura determinar numa totalidade assumam sentido heurístico, não devem ser retidas conceptualmente como simples reprodução no pensamento de relações empíricas, nem basta que a teoria seja capaz de descobrir os padrões que regem as conexões entre essas relações. O ponto de partida imediato, o real, transfigura-se na análise dialética numa série de mediações

[30] Espero não estar incorrendo numa apropriação absolutamente equivocada de seu pensamento, transformando-o numa mera tablita dialética. Cf. FAUSTO, 1983, p.27-65.

[31] E também compreensível ao leitor minha afirmação de que ele conseguiu embaralhar sobremaneira a exposição do próprio Marx.

> pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, abstratas) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (concretas). Por isso o concreto foi definido em conhecida frase de Marx como 'a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso'. Mas a operação intelectual pela qual se obtém a 'totalidade concreta' implica que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total. Por isso, a interpretação totalizadora na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção (e, neste sentido, categorias 'saturadas historicamente', empíricas) e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, 'mistificadas'.[32]

Não nos esqueçamos, contudo, que essas intenções epistemológicas não servem senão ao cabedal de uma sociologia que se erige enquanto ciência. O propósito evidente é apreender o concreto. Mas dessa vez não mais como na abordagem estruturalista onde, por imposição lógica, a ordenação dos elementos que integram os modelos estruturais se faz possível somente por sistemas abstratos de relações e onde, por conseqüência, o processo de mudança social só pode ser explicado pela noção de um desequilíbrio funcional[33]. Ao contrário, pelo método dialético se torna possível explicar o concreto por ele mesmo e, por conseguinte, o processo de mudança não mais se apresenta como um momento de desequilíbrio de um sistema dado na direção da recuperação do equilíbrio em outro tipo de sistema, mas sim como o movimento de um concreto que opera a negação (*Aufhebung*) de si mesmo; em uma só palavra, *praxis*[34].

> Os processos de mudança são dialeticamente analisados, portanto, como resultantes da própria atividade humana concreta que, no processo incessante de realizar os padrões estruturais e funcionais de integração, nega-os, provocando tensões e contradições sociais cuja resolução (superação) consiste na criação de novas formas de existência social.[35]

Para uma sociologia que se afirma enquanto ciência, o método dialético significa, portanto, não se reduzir a mero empirismo – mesmo que não se abra mão

---

[32] CARDOSO, 1962a, p. 27. Trechos como este se estendem por toda a introdução de *Capitalismo e Escravidão*, num encadeamento deveras repetitivo.
[33] CARDOSO, *op. cit.*, p. 33.
[34] "A *praxis*, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização [...]. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo. Para se tornarem condições reais da *praxis*, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares [...]" (SARTRE, 1960, p.154). Ou seja, na *praxis*, o objetivo (o concreto) se apresenta, num primeiro momento, como um pressuposto, definível somente por seus predicados, pelo subjetivo. Mas nesse movimento o próprio objetivo já não é mais ele mesmo. Exprimindo-se por seus predicados, ele já é agora um outro, negação (Aufhebung) de si mesmo. Ei-lo, o movimento.
Não à toa, Fernando Henrique também cita esse mesmo trecho de Sartre (cf. CARDOSO, 1962a, p.43), embora sem a parafernália dos estudos de lógica de Ruy Fausto e com uma tradução ligeiramente diferente da de Bento Prado Jr., aqui utilizada.
[35] CARDOSO, 1962a, p. 34.

de uma sólida base empírica – e evitar, ao mesmo tempo, sua antípoda, o formalismo abstrato. Nas palavras do próprio Fernando Henrique:

> Sem sólida base empírica a análise dialética na sociologia desfaz-se, enquanto análise criadora, num formalismo abstrato tão lastimável quanto qualquer tipo de escolástica [...]. Fica patente portanto que, se por um lado a interpretação dialética na sociologia parte de uma atitude totalizadora e universalizante, por outro lado, em nome desses princípios, nada justifica as tentativas de muitos marxistas de transformar o processo de conhecimento em mera procura de fatos e situações empíricas capazes de provar a verdade contida nos esquemas abstratos de determinações gerais. [...] o conhecimento dos processos histórico sociais depende, como é sabido, não dessa determinações em si mesmas ou de sua verificação particular (que suporia a identidade entre o comum e o singular), mas das relações entre o geral e o particular numa totalidade concreta. Neste processo dialético são exatamente as determinações específicas que, na medida em que diferenciam as totalidades, constituem-se como chave da interpretação.[36]

4. A DIALÉTICA DA ESTRUTURA: O MÉTODO HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Embora a digressão até aqui exposta tenha sido, talvez, um tanto inamistosa, creio que com ela o entendimento das categorias de Fernando Henrique se torne mais fácil, permitindo-nos, inclusive, apurar o passo.

No caso da categoria *estrutura*[37], por exemplo, torna-se mais evidente seu descolamento em relação ao estruturalismo. Em Fernando Henrique, a *estrutura* não é um amálgama de categorias abstratas, mas uma totalidade concreta[38]. Por conseguinte, a *estrutura* é ela mesma um processo, um fluxo contínuo de constante negação (*Aufhebung*) de si mesma. Ou seja, pelas lentes da dialética, a *estrutura* não é vista senão pelo seu movimento, pela sua história. Daí a denominação de método histórico-estrutural.

> Como em qualquer outra perspectiva que utilize a noção de estrutura, se assume que as relações entre as classes os grupos e as instituições obedecem a regularidades, possuem uma certa rigidez e são articuladas. Entretanto [...] as estruturas são concebidas como produto da luta social e como resultado da imposição social. Por conseqüência, são vistos, ao mesmo tempo, *como processos*. Noutras palavras, são historicamente respostas num movimento que altera sua conformação presente. [...] Ou seja, não é legítimo conceber as *estruturas dadas* como invariantes, posto que elas foram socialmente constituídas e no processo de sua constituição a luta social selecionou entre alternativas definidas as que se impuseram. [...] Outra vez a célebre frase-síntese: o homem faz a história, mas em condições sociais determinadas.[39]

> Metodologicamente, aceitar que a explicação deve ser histórico-estrutural não significa conceber a interpretação científica em termos de que o antecedente cronológico 'explica' o conseqüente. [...] Trata-se de conceber as estruturas como relações entre os homens que, se bem são determinadas, são também [...] passíveis

[36] CARDOSO, *op. cit.*, p. 41-42.
[37] *Estrutura* – é importante salientar – enquanto uma espécie de sinônimo conceitual de *sociedade*.
[38] Concreto aqui, nunca é demais repisar, no sentido de síntese das determinações de si mesmo enquanto *pressuposição*.
[39] CARDOSO, 1993c, p. 95-97.

> de mudança, à medida em que, na luta social (política, econômica, cultural), novas alternativas vão se abrindo à prática histórica. [...] Assim, [...] o método histórico-estrutural, embora reconhecendo a existência de estruturas e o condicionamento do processo histórico por elas, nem pretende buscar (como no estruturalismo) as invariantes fundamentais que lógico-ontologicamente conformam as aparentes variabilidades da história, nem pretende caracterizar, como no empirismo historicista, apenas os momentos, densos de conteúdos significativos e de decisões individualizadas, que dão a impressão de definir, independentemente de outros condicionantes, os rumos da história [...] Trata-se, por conseqüência, de um método que requer a reconstituição da 'história das relações estruturais'[40].

E se as *estruturas* são elas mesma processos, pois totalidades concretas, a análise de cada uma de suas configurações históricas possíveis (seus momentos) é necessariamente a análise de suas relações de contradição, essência mesma do próprio movimento.

Mas nessas relações quais são as determinações a serem observadas? Em outras palavras, quais são os predicados por onde podemos ver melhor a contradição em processo? Bom, em se tratando de *estrutura* enquanto *estrutura capitalista*, não poderemos ter nada muito diferente daquilo que sempre foi o feijão-com-arroz do método da Economia Política. Método esse que, como vimos, apenas acabou por receber de Fernando Henrique a roupagem pomposa de "método histórico-estrutural". Portanto, na *estrutura* cardosiana a contradição em processo também será observada através das determinações de sempre, a saber, as relações de classe e suas próprias predicações:

> [...] o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu interesse que se compreende a dinâmica das relações de classe. [...] Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre as classes e grupos.[41]

5. A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: A POLÍTICA COMO PREDICADO

Metodologicamente, do conceito de *estrutura* ao de *dependência* basta um passo. Afinal, sendo a *estrutura capitalista* um processo – pois totalidade concreta –, a *dependência* nada mais é que o registro de um de seus momentos. Daí a insistência de Fernando Henrique em esclarecer que a *dependência* não é, de modo algum, um conceito totalizante[42], mas simplesmente uma totalidade concreta, no caso, momento específico da

---

[40] CARDOSO, *op. cit.*, p. 97.
[41] CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 22-23.
[42] Ver seu debate com Francisco Weffort (cf. WEFFORT, 1971 e CARDOSO, 1972, cap. VI).

estrutura capitalista. Não é outro o sentido do aferro de Fernando Henrique ao termo *situações de dependência*[43].

Por conta disso, torna-se evidente também que a *dependência*, em sua essência, não constitui absolutamente nenhuma novidade teórica, sendo tão somente um desdobramento do método do próprio Marx, como o próprio autor faz questão de salientar:

> [...] os estudos sobre a dependência constituem parte do esforço para restabelecer uma tradição de análise das estruturas econômicas e de dominação que não sufoque o processo histórico ao retirar dele o movimento decorrente da luta permanente entre grupos e classes. Ao invés de aceitar que existe um curso determinado na história, volta-se a concebê-la como um processo em aberto, no qual, se as estruturas delimitam as margens de oscilação, tanto a prática dos homens como sua imaginação as revivem e transfiguram, quando não as substituem por outras não pré-determinadas. Mais ainda, os estudos sobre dependência tiveram uma peculiaridade dentro da tradição de crítica a que me referi: ao invés de limitarem-se ao plano teórico-abstrato, procuraram utilizar o método histórico-estrutural 'não vulgar' para analisar situações concretas [...] Não nos interessava apenas descrever abstratamente as conseqüências da acumulação de capital e de sua expansão à escala mundial, mas também colocar questões a partir do ponto de vista historicamente dado às sociedades dependentes: quais são as forças que se movem nelas e com que objetivos? Como e em que termos é possível superar uma situação dada de dependência? [...] Assim [...] **é preciso rever o ponto de vista de que um 'novo paradigma' foi estabelecido graças aos trabalhos de um grupo de intelectuais do ILPES e do CESO de Santiago. Estes tiveram um certo papel na proposição de uma temática e na crítica ao keynesianismo e ao modelo estrutural-funcionalista [...] mas não propuseram nenhuma nova metodologia.**[44]
>
> Quando se enfatiza que as análises sobre a dependência devem partir de uma 'situação concreta' e resultar numa 'análise concreta', o procedimento que está por trás desta afirmação é o mesmo tantas vezes reafirmado por Marx ao dizer no texto famoso da *Contribuição à Crítica da Economia Política* que 'o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso' [...].**A discussão do método [da *dependência*], portanto, quase que se resume a afinar as formulações com o paradigma do próprio Marx**.[45]

E aquilo que aparece como novidade nas formulações da dependência, qual seja, sua ênfase nos processos políticos, não passa, portanto, de mera imposição lógica do próprio método da Economia Política. Afinal, enquanto totalidade concreta, a *dependência* não pode se exprimir por si mesma. Só é possível "vê-la" em suas determinações, pois somente essas estão *postas.* Assim, nas formulações da dependência, analisar os processos políticos – debruçar-se sobre as classes e grupos que, na luta pelo controle ou pela reformulação da ordem vigente, tornam historicamente viável uma dada estrutura de

---

[43] Sobre o consumo da *dependência* nos EUA, ele faz a crítica de que "[...] em vez de fazer-se o esforço empírico-analítico para reconstruir uma 'totalidade concreta' [...] passou-se a consumir a dependência como uma 'teoria', dando-se a esta noção a conotação de um corpo de proposições formalizáveis e testáveis. Eu sempre fui reticente em usar a expressão 'teoria da dependência' porque temia a formalização do approach" (CARDOSO, 1993c, pp.136-137). Daí também suas críticas a Gunder Frank, Theotônio dos Santos e a Ruy Mauro Marini, que, segundo Cardoso, teriam se esforçado por criar uma teoria da dependência.

[44] CARDOSO, *op. cit.*, pp.130-131, grifo meu.

[45] CARDOSO, *op. cit.*, p.91; p.102, grifo meu.

dominação – nada mais é que observar, numa totalidade concreta, como o capital enquanto sujeito "passa" nas suas predicações[46]. É fazer notar de que forma o econômico "passa" no político[47]. É, por fim, a única forma possível de se "ver" a *dependência*, já que essa é exprimível apenas por seus predicados.

Ou seja, no campo da dialética, tomar a política como centro da análise é quase um truísmo metodológico, pois não há outra forma de se apreender a *estrutura* senão por suas determinações. O truísmo só não é maior porque, afinal, o conjunto de determinações escolhidas poderia ser outro que não a política. Poderia ter sido a cultura, por exemplo.

É esse, portanto, o significado de se perceber, através dos estudos da *dependência*, que a burguesia em lugar de se aliar ao Estado frente ao capitalismo internacional agora se associa aos interesses externos[48]. Pois nesse movimento da política é que vemos a própria *dependência* enquanto momento específico de uma *estrutura capitalista*[49] que, negando a si mesma em seu movimento de expansão, passa de uma situação de imperialismo a uma situação de industrialização da periferia, uma situação de desenvolvimento dependente-associado.

---

[46] "A utilidade e a significação teórica da noção de dependência, tal como a concebemos, reside precisamente [...] na recuperação a nível concreto, isto é, permeado pelas mediações políticas [...] e sociais [...] da pugna de interesses por intermédio da qual se vai impondo o capitalismo ou a ele se vão opondo forças sociais por ele mesmo criadas" (CARDOSO, 1972, p.126).

[47] "Como o objetivo desse ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política" (CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 23).

[48] Cf. CARDOSO, 1971; CARDOSO, 1963; e CARDOSO, 1977.

[49] "[...] a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional." (CARDOSO, 1972, p. 128).

"Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelem os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento. [...] Com efeito, a interpretação sociológica dos processos de transformação econômica requer a análise das situações onde a tensão entre os grupos e classes sociais revele as bases de sustentação da estrutura econômica e política. [...] essa problemática compreende necessariamente a análise dos comportamentos políticos que incidem na relação entre as classes [...]" (CARDOSO; FALETTO, 1969, p. 24).

6. IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: MOMENTOS DO CAPITAL

Como visto a pouco, a *estrutura capitalista* não é um amálgama de categorias abstratas, mas uma totalidade concreta. Contudo, denominada assim, com um nome aparentemente tão genérico, ainda fica difícil não encará-la mais como abstração do que como concreto. Uma impressão não sem fundamento, visto que realmente não a vemos, embora ela esteja lá. Por isso, analisemos as coisas mais de perto.

No sistema capitalista, o que é afinal essa *estrutura* que se apresenta como totalidade concreta? Senão vejamos. Sendo um concreto, isso significa que podemos perceber seu movimento através de suas determinações. E, de fato, a todo instante ele se nos apresenta. Ora pela forma como "passa" nas lutas de classe, ora pela forma como "passa" na exploração da mais-valia, outrora pela forma como "passa" nas relações do mundo do trabalho, noutrora pela forma como "passa" na cultura, e assim por diante, numa série praticamente infinita de determinações.

Desta feita, os estudos sobre cada um dos aspectos de nossa vida cotidiana são, consciente ou inconscientemente, deglutições de determinações da própria *estrutura* que, expressa dessa maneira, numa série infinita e onipresente de determinações, não é outra senão o próprio *capital*. Um *capital* que, enquanto *estrutura*, é também ele mesmo um processo, ou, se se preferir, sujeito, resultado da contínua negação (*Aufhebung*) de si mesmo. Por conseguinte, a *dependência*, enquanto momento específico da *estrutura capitalista*, nada mais é que simples registro de um dos momentos do *capital*.

Por isso a advertência, do próprio Fernando Henrique, de que falar de uma teoria da dependência nada mais é que falar de um aspecto de um campo teórico mais amplo, no caso, a teoria marxiana do capitalismo[50]. Ainda nessa esteira, devemos ressaltar que também a teoria do imperialismo não é uma teoria sobre o *capital*, mas sim uma teoria sobre um de seus momentos[51] e, como tal, também aspecto do campo teórico mais amplo da teoria marxiana do capitalismo.

---

[50] "Eu não penso que a categoria [...] de dependência possua o mesmo *status* teórico das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isto é óbvia; não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc. A idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo. Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre a dependência. E neste caso não há por que utilizar as aspas na expressão teoria. Existe, pois, a possibilidade de pensar-se na teoria da dependência, sempre e quando ela se inscreva no campo teórico mais amplo da teoria do capitalismo ou da teoria do socialismo" (CARDOSO, 1993c, pp.100-101).

[51] Já dizia o camarada Ulianov, "imperialismo, etapa superior do capitalismo".

O que não quer dizer, contudo, que a teoria da dependência seja a sucessora da teoria do imperialismo. Em verdade, ela só pode ser seu complemento[52], pois ambas são momentos conceituais do *capital* enquanto processo. É nesse sentido, portanto, que se deve entender as afirmações de Fernando Henrique de que a teoria da dependência seria uma adequação da teoria do imperialismo. Pois, enquanto instante distinto, a *dependência* é o momento no qual os predicados nos quais se expressa o movimento geral do *capital* não mais operam pelas regras do colonialismo, tal qual no *imperialismo*, mas sim pela industrialização da própria periferia, pela internacionalização dos mercados internos[53]. Algo que hoje também parece outra banalidade, embora a concepção arraigada até a década de 50 fosse a de que os trustes não se interessassem pela industrialização da periferia, pois exportavam para ela produtos acabados. E a teoria do imperialismo reforçava justamente esse ponto de vista, onde as lutas antiimperialistas eram ao mesmo tempo lutas pela industrialização, fazendo com que os Estados locais e a burguesia nacional parecessem ser os agentes históricos potenciais para o desenvolvimento.

Dessa forma, se num momento anterior – no *imperialismo* – as determinações do *capital* (suas predicações) significavam, para a periferia do sistema, o desenvolvimento de seu subdesenvolvimento, na fase da *dependência* essas mesmas determinações passam a significar a possibilidade do desenvolvimento capitalista, ainda que dependente e associado.

Logo, quando Fernando Henrique critica autores como Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e, até certo ponto, Theotônio dos Santos, é porque, na sua interpretação, o diagnóstico que esses autores fazem da *dependência*[54] seria, em verdade, o equívoco de um

---

[52] "[...] [a teoria da dependência] não é uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. [...] Como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, entretanto, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo" (CARDOSO, 1993c, p.102).

[53] Para Fernando Henrique, a questão é "[...] reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional. [...] não existe uma teoria da dependência independentemente da teoria do imperialismo" (CARDOSO, 1972, p.133). "Apesar da precisão do insight de Lênine, confirmado pelos acontecimentos históricos da primeira metade do século, algumas importantes mudanças recentes afetaram profundamente o padrão da relação entre as nações imperialistas e dependentes. [...] [deve-se reconhecer] que os principais pontos da caracterização de Lenine sobre o imperialismo e o capitalismo já não são mais totalmente adequados para descrever e explicar as formas atuais de acumulação de capital e de expansão externa" (CARDOSO, *op. cit.*, p.192). "[...] se os estudos iniciais sobre dependência tiveram algo de novo não foi certamente a afirmação de que existe dependência, o que constitui uma banalidade, mas sim foi a caracterização e busca de explicação de *formas emergentes de dependência.* Tentaram mostrar o que significava a industrialização na periferia [...] sob o controle do que depois veio a chamar-se de 'empresas multinacionais'" (CARDOSO, 1993c, p.141).

[54] Que ela se baseia na superexploração do trabalho, levando à incapacidade de ampliação do mercado interno, gerando incessantemente desemprego e marginalidade e, por fim, apresentando tendências à estagnação quando não ao aprofundamento do subdesenvolvimento.

baralhamento com o diagnóstico do momento anterior – o *imperialismo* – e, portanto, absolutamente inadequado para se explicar o novo momento do *capital*.

7. A DEPENDÊNCIA ENQUANTO *PRAXIS*

Contudo, a *dependência* enquanto totalidade concreta não se limita apenas a dar notícia do *capital*.

Como já visto e repisado, a totalidade concreta retém o objetivo, o próprio concreto, como pressuposição. E dele tomamos conhecimento apenas por meio de abstrações mais tênues que o revelam sem que ele se mostre. Ou seja, ainda que ele mesmo só possa ser um concreto já dado, não nos é possível chegar até ele sem as abstrações, sem os conceitos, da mesma forma que também é impossível tal acesso pela via da simples manipulação de conceitos hipostasiados.

Dito de outra forma, a totalidade concreta "[...] *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado"[55] – aquilo que Sartre definiu como passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização; ou, simplesmente, *praxis*[56]. Portanto, ao organizar a unidade do diverso, a totalidade concreta produz não apenas conhecimento, mas história[57]:

> Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como ato de produção efetivo [...], cujo resultado é o mundo, e isto é certo [...] na medida em que a totalidade concreta [...] é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que se pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de

---

[55] MARX, 1859, p.117, grifo do autor.

[56] Não custa repetir a citação: "A *praxis*, com efeito, é uma passagem do objetivo ao objetivo pela interiorização [...]. O subjetivo aparece, então, como um momento necessário do processo objetivo. Para se tornarem condições reais da *praxis*, as condições materiais que governam as relações humanas devem ser vividas na particularidade das situações particulares [...]" (SARTRE, 1960, p.154).

[57] Conclusões que Fernando Henrique também não deixa escapar: "Não me parece que esta separação arbitrária entre o nível teórico e o processo histórico [advogada por Althusser] tenha fundamento explícito nas obras de Marx ou possa ser recuperado nos trabalhos de investigação influenciados pelo marxismo. Ao contrário, a crítica da economia política contida em *O Capital* tem como um de seus objetivos recusar todo tipo de separação entre teorias gerais e instâncias particulares entre si [...]. Não cabe, para Marx, portanto, qualquer tentativa de elaboração de uma metateoria fundamentada numa *praxis* abstrata que paire sobre os diferentes modos de produção, como se fosse a Razão debruçando-se sobre o Real" (CARDOSO, 1972, p.107). "[...] a 'totalidade concreta', se se constitui como um 'concreto pensado' é também uma maneira de se apropriar do concreto real. Ou seja, supõe a análise do processo histórico que produz tanto as relações a serem explicadas como os conceitos que as explicam. Não será, portanto, 'raciocinando' sobre as condições de possibilidade do político, ou sobre as matrizes de combinações entre elementos sociais, que se reproduzirá o real como concreto. Antes, será pela descoberta e pala análise das categorias abstratas e por sua articulação e determinação que se reproduz o movimento do real como um concreto pensado" (CARDOSO, *op. cit.*, p.114).

> pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...][58]

Eis aqui, pois, o difícil movimento no qual ciência e ideologia se congregam, já que tanto o conhecimento é sua própria história, como a História, ela mesma, só se deixa apreender por meio dos conceitos que a organizam[59]. Porquanto no próprio movimento de apropriação do concreto há uma inércia onde a totalidade concreta dá conta de um concreto que, ao ser dito, já é um outro, negação (mais uma vez, *Aufhebung*) de si mesmo.

Em outras palavras, a *dependência* não apenas presta contas do *capital* como também se apropria do concreto no qual ele se exprime – torna-o concreto pensado – e, nesse movimento mesmo, redefine-o, num processo que, contudo, não deixa de ser a reafirmação de si mesmo, sua reposição, ainda que noutros termos – algo muito próprio da natureza do *capital*:

> Com efeito, na perspectiva marxista, o conceito não se produz pelo desdobramento da Razão sobre si mesma. Assim, não seria devido pedir que a dependência enquanto 'teoria' pudesse constituir-se pelo desdobramento lógico da dialética abstrata das oposições entre conceitos anteriormente constituídos. Embora hoje seja possível dar a impressão de que assim é (basta formalizar os conceitos e derivar conseqüências lógico metodológicas da teoria sobre a expansão e a negação do capitalismo), a ordem histórica da pesquisa e da elaboração dos conceitos é distinta. E esta distinção não é 'acidental', nem deriva da 'falta de rigor metodológico' dos autores que elaboraram o tema da dependência. Ao contrário, ela deriva de que as categorias e teorias são constituídas na prática política e na prática intelectual de um conjunto de pessoas socialmente situadas. Neste sentido não existe (senão logicamente) uma nítida separação entre conceito e história, entre teoria e política. O conceito nasce 'impuro' na luta prática (teórica e política). No teste real para sua adequação, a teoria se consolida na medida em que permite ver mais claro o processo real. Mas, repito, o esforço de "ver mais claro" o processo real não decorre simplesmente (embora o suponha) da ordem lógica pela qual se estrutura formalmente um conjunto de relações. Decorre, ao mesmo tempo, da capacidade que se tenha de fundir nos movimentos sociais a perspectiva política derivada do 'campo de percepção' aberto pelo discurso teórico.[60]
>
> Por tudo isso, reafirmo [...]: nas análises sobre a dependência a matéria prima da qual se parte é a luta política e a luta econômica tal como se desdobram na superfície do processo histórico, como luta nacional e antiimperialista. Mas o conceito ao qual se chega distingue-se do ponto de partida, pois (após especificar e determinar as relações entre os estados, destes com as classes e de ambos com o processo produtivo) mostra as limitações do ponto de partida, mostra como se reproduz uma estrutura dada de dominação e quais os limites possíveis de seu funcionamento (a

---

[58] MARX, 1859, p.117.

[59] "Penso que existe um mesmo e contraditório movimento pelo qual, na passagem da ideologia à ciência, se produz tanto a história como o conhecimento. E, jogando um pouco com as palavras, tanto o conhecimento é 'sua história', como a História só se deixa apreender por meio dos conceitos que a organizam; por certo, o processo social emite os sinais que, sob a forma de ideologia, indicam os contornos entre as coisas, mas o conhecimento do processo histórico requer a produção intelectual de conceitos e categorias básicas" (CARDOSO, 1993c, p.93).

[60] CARDOSO, *op. cit.*, p. 84-85.

> negatividade). [...] É este o andamento metodológico do ensaio sobre *Dependência e Desenvolvimento.*[61]
>
> [...] é preciso elaborar conceitos que permitam explicar as estruturas de dominação no duplo sentido de como se mantêm e quais são as oposições que animam o movimento [...], sem estes conceitos, a própria ação transformadora fica aquém de suas virtualidades. É por isto que existe uma relação direta entre ciência e práxis: a ação transformadora (critica ou revolucionária) requer consciência teórica.[62]

Entendida, portanto, a história da produção intelectual como *praxis,* temos que "a luta política e a luta teórica como que se fundem"[63]. Não é outro, portanto, o sentido do forte apelo exercido pela teoria da dependência quando de sua formulação – ou mesmo nas décadas posteriores –, ou ainda o das lutas teóricas da Escola Austríaca e seu desaguamento na guinada neoliberal dos anos Tatcher e Reagan. No entanto, enquanto apropriação do concreto, a *dependência* diferencia-se justamente por não se refugiar no mundo do meramente abstrato – procedimento usual do método dito científico que, por isso mesmo, tem a falsa consciência de não ser ideologia. Mas num contexto de luta pelo desenvolvimento da periferia, sua postura metodológica fez dela a um só tempo explicitação do novo momento do *capital* e moto dele próprio, pois a isso se reduzira o contraditório afã da industrialização: a ânsia de abraçar ainda mais o capitalismo. Dessa forma, sua ênfase nos processos políticos, embora não fosse mais do que a mera lógica possível de decifração do *capital* – pois apreensível, como já visto, apenas por suas predicações –, acabaram por fazê-la soar tal qual um Sun-Tzu[64] moderno, um guia prático para o desenvolvimento[65]. E, no entanto, em sua mais completa ausência de negatividade, ela nada mais era do que o *capital* se mostrando a si mesmo e ainda fazendo apontar seu próximo passo.

A *dependência* inaugura assim uma nova *praxis*: a *praxis conservadora,* pois não pode ser outro o sentido de um processo de transformação onde a negação acaba por ser, em lugar de sua passagem num outro, a reposição – quando não radicalização – de si mesmo. E, assim, a síntese nunca se cumpre, pois não há ao que se opor.

Ei-la, portanto, a *dependência*; já não mais como quadro explicativo mas como sintoma, como a forma própria do capital na periferia do sistema.

---

[61] CARDOSO, 1993c, p.93.
[62] CARDOSO, 1962a, p.15.
[63] CARDOSO, 1993c, p.90.
[64] E muitas vezes a industrialização foi ela mesma uma arte da guerra, principalmente quando associada aos movimentos de emancipação nacional.
[65] "O sentido prático do estudo sobre a dependência, no contexto latino-americano, deriva da maior sensibilidade que este tipo de abordagem poderia ter para discriminar situações de dependências e especificar, em cada uma delas, quem são os contendores reais na luta política pela dominação econômica" (CARDOSO, 1993c, pp.100-101).

BIBLIOGRAFIA*

ARANTES, Paulo Eduardo. 1994. *Um departamento francês de Ultramar:* estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. 1996. *O Fio da Meada*: uma conversa e quatro entrevistas sobre Filosofia e vida nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. 1997. *Diccionario de bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda:* primeira dentição, ano III da Era FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. 1957. Desenvolvimento Econômico e Nacionalismo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.12, p.88-99, jul/ago 1957.

_____. 1958. Educação e Desenvolvimento Econômico. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.17, p.70-81, mai/jun 1958.

_____. 1959. Estabilidade no Emprego. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.23, p.162-169, mai/jun 1959.

_____. 1960. Condições Sociais da Industrialização de São Paulo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.28, p.31-46, mar/abr 1960.

_____. 1962a. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. A primeira edição é de 1962.

_____. 1962b. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.41, p.98-122, mai/jun 1962.

_____. 1963. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia, 1972. A primeira edição é de 1963.

_____. 1971. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. 1972. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia, 1972.

_____. 1975. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. 1977. Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil*: tempos modernos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 77-109.

* Para facilitar a identificação pelo sistema autor-data tomei a liberdade de fazer uma leve mescla do sistema de referência da ABNT com o sistema Chicago.

_____. 1979. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David (Org.). *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. 1983. *Perspectivas:*idéias e atuação política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. 1985. *A democracia necessária*. Campinas: Papirus, 1985.

_____. 1988a. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. In: STEPAN, A.(org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. 1988b. Memórias da Maria Antônia. In: SANTOS, Maria Cecília L. dos. *Maria Antônia*: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. 1993a. Estado, mercado, democracia: existe uma perspectiva latino-americana?. In: SOLA, Lourdes (Org.). *Estado, mercado e democracia*: política e economia comparadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.19-34.

_____. 1993b. *A construção da democracia:* estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. 1993c. *As idéias e seu lugar*: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. A primeira edição é de 1993.

_____. 1995a. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 15, n°4 (60), p.148-155, out/dez 1995.

_____. 1995b. A Utopia Viável. In: BRASIL. Presidência da República. *A utopia viável*: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. 1995c. Agenda para o Século XXI. In: BRASIL. Presidência da República. *op. cit*, p.95-106.

_____. 1998. Notas sobre a reforma do Estado. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº50, p. 5-12, mar 1998.

_____; FALETTO, Enzo. 1969. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaios de interpretação sociológica. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. A primeira edição, em espanhol, é de 1969.

_____; IANNI, Octávio. 1959. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.26, p.141-168, nov/dez 1959.

CHAUÍ, Marilena. 1999. Entrevista. *Caros Amigos*, São Paulo, n° 29, p. 22-28, ago 1999.

FALETTO, Enzo. 1998. Los Años 60 y el tema de la dependencia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.12, n° 33, p. 109-117, mai/ago 1998.

FAUSTO, Ruy. 1983. *Marx:* lógica e política. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FIORI, José Luís. 1997. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. 1998a. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In: HADDAD, Fernando (Org.). *Desorganizando o consenso*: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. 1998b. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 87-147.

_____. 1998c. O Poder e o Dinheiro: uma hipótese e várias lições. In: FIORI, José Luís ; LOURENÇO. Marta Skinner de; NORONHA, José Carvalho de. (Orgs.) *Globalização*: o fato e o mito. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.11-39.

_____. 1999. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 11-46.

GIANNOTTI, J. A. 1960. Notas para uma análise metodológica de *O Capital*. *Revista Brasiliense*, nº. 29, p.60-72, mai/jun 1960.

_____. 2000. *Certa herança marxista.* São Paulo: Cia das Letras, 2000.

GOERTZEL, Ted George. 1997. The pragmatic Marxism of President Fernando Henrique Cardoso. *Brazzil,* Los Angeles, year 9, nº136, p. 54-58, april 1997.

_____. 1999. *Fernando Henrique Cardoso*: reinventing democracy in Brazil. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999.

GOLDENSTEIN, Lídia. 1994. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. 1998. Repensando a dependência após o Plano Real. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n° 33, p.131-135, mai/ago 1998.

GUNDER FRANK, Andrew. 1979. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano. In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 25-38.

HIRSCHMAN, Albert O. 1981. *Essays in Trespassing*: economics to politics and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. 2000. *Dialética da Dependência*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, José de Souza. 1998. *Florestan*: Sociologia e Consciência Social no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998.

MARX, Karl. 1859. *Para a Crítica da Economia Política.* In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). Texto publicado originalmente em 1859.

_____. 1867. *O Capital*: crítica da Economia Política. Livro I – O Processo de Produção do Capital, tomos 1 e 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. A primeira edição em alemão é de 1867.

MELLO, João Manuel Cardoso. 1982. *O Capitalismo Tardio:* contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. A primeira edição é de 1982.

MERLEAU-PONTY, M. 1955. As aventuras da dialética. In: _____. *Textos Escolhidos.* Seleção de textos de Marilena Chauí. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores). A primeira edição francesa é de 1955.

_____. 1948. Marxismo e Filosofia. In: _____. *Textos Escolhidos.* Seleção de textos de Marilena Chauí. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores). A primeira edição francesa é de 1948.

NOVAIS, Fernando A. 1979. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PALMA, Gabriel. 1981. Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In: SEERS, Dudley (Org.). *Teoría de la dependencia:* una revaluación crítica. México: Fondo de Cultura, 1987. A primeira publicação se deu em 1981.

PREBISCH, Raul. 1968. *Dinâmica do desenvolvimento Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

ROSTOW, Walter W. 1959. *Etapas do Desenvolvimento Econômico: u*m manifesto não-comunista. Tradução de Octavio Alves Velho e Sergio Góes de Paula. 6ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. A primeira edição inglesa é de 1959.

SADER, Emir. 1996. Nós que amávamos tanto O Capital. *Praga*: revista de estudos marxistas, São Paulo, nº1, set/dez 1996.

SANTOS, Theotônio dos. 1998. Por uma bibliografia sobre a teoria da dependência. *Estudos Avançados,* São Paulo, v.12, n° 33, mai/ago 1998.

_____. 2000. *A Teoria da Dependência:* balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. 1960. Questão de Método. In: _____. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método.* Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). A primeira edição francesa de *Questão de Método* é de 1960.

SCHWARTZ, Adriano (Org.). 2003. *Memórias do presente*, volume 2: 100 entrevistas do Mais!: 1992-2002: Artes do Conhecimento. São Paulo: Publifolha, 2003.

SCHWARZ, Roberto. 1977. As idéias fora do lugar. In: _____. *Ao Vencedor as Batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p.13-28.

_____. 1978. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. A primeira edição é de 1978.

_____. 1987. *Que Horas São?*: ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1987

_____. 1995. Do lado da viravolta. In: HADDAD, Fernando (Org.). *Desorganizando o consenso*: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Entrevista originalmente publicada na revista *Teoria&Debate*, nº27, dez 1994/jan-fev 1995.

_____. 1999. *Seqüências Brasileiras*: ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. 2000. *A herança Marxista na Era Global*: debate 08 nov 2000. Expositor: José Arthur Giannotti. Debatedores: Jacob Gorender, Roberto Schwarz e Bento Prado Jr. São Paulo: IEA/USP, 2000. 3 cassetes sonoros.

_____. 2003. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, Paul. 1998a. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. *Estudos Avançados,* São Paulo, v.12, n° 33, p. 119-130, mai/ago 1998.

_____. 1998b. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: HADDAD, Fernando (Org.). *Desorganizando o consenso*: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. 1998. *O presidente segundo o sociólogo*: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TOURAINE, Alain. 1999. O campo político de FHC. *Tempo Social,* São Paulo, v.11, nº2, out 1999.

WEFFORT, Francisco. 1971. Notas sobre a "teoria da dependência": teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos Cebrap*, São Paulo, nº1, 1971.